

## **Exposição fotográfica e ato na Avenida Paulista levam à São Paulo informações sobre porto privado que pode ser feito em frente à Ilha do Mel**

Em agosto, o Observatório de Justiça e Conservação (OJC) esteve em São Paulo e levou à capital paulista esclarecimentos sobre os prejuízos às pessoas e à biodiversidade que a possível instalação de um porto privado no município de Pontal do Paraná, no litoral do Estado e em frente à Ilha do Mel, pode gerar.

Isso foi feito por meio de uma exposição fotográfica com imagens da Ilha do Mel, lançada na noite de 08 de agosto no restaurante Marakuthai Itaim, e por um ato em meio à Avenida Paulista no domingo, dia 11, no centro de São Paulo.

As fotos, dos fotógrafos Mário Barila, Bruno Santos e Carolina Corção, ficam expostas no Marakuthai até o dia 14 de agosto e estão disponíveis para a venda. Caso comercializadas, o dinheiro será integralmente revertido para atendimento de necessidade de moradores da Ilha e Pontal do Paraná, especialmente, de crianças e jovens.

O jantar de lançamento da exposição contou com a presença de fotógrafos, artistas, empresários, formadores de opinião e cidadãos interessados em saber mais sobre os riscos e ameaças que o litoral do Paraná e a Ilha do Mel vêm vivendo. Registros do renomado fotógrafo de natureza Araquém Alcântara, um dos precursores da fotografia de natureza no Brasil, também foram apresentados em vídeo. As fotos mostraram cenários do litoral do Paraná e da região do Lagamar, que passa pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

No domingo, dia 11, o OJC levou à Avenida Paulista uma grande faixa em defesa da Ilha e com o convite para que a sociedade acesse o site [www.salveilhadomel.com.br](http://www.salveilhadomel.com.br), saiba mais sobre a ameaça e envie e-mails ao poder público pedindo que a possibilidade seja rejeitada pelo Governo do Paraná. Milhares de mensagens já foram enviadas pela população por meio do site.

### A ameaça

Um complexo industrial, que inclui um porto que pode ser feito a menos de três quilômetros da Ilha – que é uma Estação Ecológica e um Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO – pode condenar irreversivelmente os patrimônios natural e cultural da região. Além de desmatamentos expressivos de uma das últimas porções de Mata Atlântica bem preservada do Brasil e do mundo, comunidades tradicionais e indígenas que vivem no local seriam expulsas dos locais onde vivem há séculos. Mazelas sociais econômicas que regiões portuárias costumam impor à sociedade também passariam a predominar na região.

O litoral do Paraná tem a segunda menor costa do Brasil, ficando atrás somente do Piauí, mas já conta com dois portos (de Antonina e Paranaguá). Caso o terceiro seja feito, a pressão ao local e prejuízos à natureza e à saúde das pessoas seria ainda maior. Além disso, toda a infraestrutura construída para atender e viabilizar a operação do porto seria custeada com dinheiro público. Mais de R\$ 369 milhões é o que custaria somente a primeira fase das obras. Recursos que poderiam ser investidos em saúde, educação, segurança e estímulo ao turismo.

### Desenvolvimento alternativo

Uma proposta de desenvolvimento alternativo ao litoral do Estado, custeada com recursos adquiridos por meio de um [financiamento coletivo no portal Benfeitoria](#), está em fase de finalização por arquitetos e engenheiros especializados e, em breve, será apresentada ao Governo do Paraná como solução alternativa à ideia do porto. Ela prevê a construção de mais de 50 quilômetros de ciclovias que interligariam diferentes municípios, praias e ilhas, além de cicloparagens, observatórios para contemplação da natureza, estruturas para estímulo e valorização de produtos locais e outras soluções que facilitariam o fluxo de moradores e pedestres; tudo a fim de beneficiar a sociedade e proteger a natureza.